



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto*

093

10

**Recurso de agravo nº 170284-9/01 – Comarca do Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco.

**Agravado:** Eugenio Pacelli de Araújo de Lima.

5526

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESTITUIÇÃO DE PARCELAS INDEVIDAMENTE RECEBIDAS POR EX-SERVIDOR ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. APLICABILIDADE DO DECRETO Nº 20.910/32. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Prescrição da pretensão do Estado agravante para pleitear a restituição de parcelas indevidamente recebidas pelo ex-servidor agravado, tendo em vista que a ilicitude em comento refere-se ao recebimento das parcelas salariais referentes aos meses de agosto e setembro de 2000, tendo ocorrido sua exoneração em agosto de 2000, no entanto a referida ação de cobrança somente fora ajuizada em janeiro de 2006. 2. Incidência do Decreto nº 20.910/32, posto que à Administração Pública, na cobrança de seus créditos, deve-se impor a mesma restrição aplicada ao administrado no que se refere às dívidas passivas daquela, em observância ao princípio da igualdade, corolário do princípio da simetria. 3. Decretação da prescrição de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública. 4. Recurso de agravo improvido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 170284-9/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

**Des. Ricardo Paes Barreto – Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

094

**Recurso de agravo nº 170284-9/01 -- Comarca do Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco.  
**Agravado:** Eugenio Pacelli de Araújo de Lima.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento a apelação cível em apenso, no sentido de considerar prescrita a pretensão do Estado apelante em face do apelado.

Segundo a agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, sob fundamento da inoccorrência da prescrição, posto que o despacho que ordena a citação retroage à data da propositura da ação, bem como a impossibilidade da decretação de ofício da prescrição.

Alega ainda a inaplicabilidade ao vertente caso do Decreto nº 20.910/32 e do art. 557, caput, do CPC, requerendo, ao final, o provimento do integrativo, com o regular seguimento do apelo.

É o relatório.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Cuida-se de apelação cível diante de sentença que extinguiu o feito com resolução do mérito, com arrimo no art. 269, IV, do CPC, diante da ocorrência da prescrição. Em suas razões recursais, de fls. 32/33, o apelante pugna pela reforma de julgado em todos os seus termos, aduzindo a não ocorrência de prescrição da pretensão em face do apelado, sob fundamento de que entre a entrada em vigor do novo Código Civil e a data da propositura da ação não decorreu prazo prescricional. Não houve contrariedade. Autos conclusos. Feito este sucinto relatório, decido monocraticamente. O cerne da questão em apreço diz respeito ao prazo prescricional do Estado apelante para pleitear a restituição de parcelas indevidamente recebidas pelo servidor apelado. Observo que apelante ingressou com ação de cobrança em face do apelado com o fito de obter a restituição do valor de R\$ 1.846,64 (mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), referente ao pagamento de vantagens remuneratórias recebidas sem a devida contraprestação laboral, posto que o apelado abandonou o cargo público em junho de 2000. É cediço que se a relação que deu origem ao crédito em cobrança tem assento no Direito Público, não tem aplicação a prescrição constante do Código Civil, haja vista que a exigência dos valores cobrados a título de pagamento indevido tem nascedouro num vínculo de natureza administrativa. Nesse passo, incide na espécie o Decreto 20.910/32, porque à Administração Pública, na cobrança de seus créditos, deve-se impor a mesma restrição aplicada ao administrado no que se

B

095 / 2

refere às dívidas passivas daquela, em observância ao princípio da igualdade, corolário do princípio da simetria, conforme aresto do STJ, abaixo ementado: ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. AMBIENTAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. 1. Aplica-se a prescrição quinquenal, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, às ações de cobrança de multa administrativa decorrente de ilícito ambiental (REsp 444.646/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 02/08/06). Processo Civil e Administrativo - Cobrança de multa pelo Estado - Prescrição - Relação de Direito Público - Crédito de natureza administrativa - Inaplicabilidade do CC e do CTN - Decreto 20.910/32 - Princípio da simetria. 1. Se a relação que deu origem ao crédito em cobrança tem assento no Direito Público, não tem aplicação a prescrição constante do Código Civil. 2. Uma vez que a exigência dos valores cobrados a título de multa tem nascedouro num vínculo de natureza administrativa, não representando, por isso, a exigência de crédito tributário, afasta-se do tratamento da matéria a disciplina jurídica do CTN. 3. Incidência, na espécie, do Decreto 20.910/32, porque à Administração Pública, na cobrança de seus créditos, deve-se impor a mesma restrição aplicada ao administrado no que se refere às dívidas passivas daquela. Aplicação do princípio da igualdade, corolário do princípio da simetria. 3. Recurso especial improvido. (Resp 623.023, T2, Rel. Min. Ministra Ellana Calmon, DJ de 14/11/05.) Resta, pois, prescrita a pretensão da Fazenda Estadual, tendo em vista que a ilicitude em comento refere-se ao recebimento do apelado das parcelas salariais referentes aos meses de agosto e setembro de 2000, tendo ocorrido sua exoneração em agosto de 2000, no entanto a referida ação de cobrança somente fora ajuizada em janeiro de 2006, quando já transcorrido o prazo prescricional quinquenal. Feitas estas considerações, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente apelo, tendo em vista sua manifesta inadmissibilidade. P. e I. Recife, 9 de dezembro de 2009, Des. Ricardo Paes Barreto, Relator.

A decisão isolada desta relatoria é bastante clara quanto à prescrição da pretensão do Estado apelante para pleitear a restituição de parcelas indevidamente recebidas pelo servidor apelado, tendo em vista que a ilicitude em comento refere-se ao recebimento do apelado das parcelas salariais referentes aos meses de agosto e setembro de 2000, tendo ocorrido sua exoneração em agosto de 2000, no entanto a referida ação de cobrança somente fora ajuizada em janeiro de 2006, quando já transcorrido o prazo prescricional quinquenal.

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, incide na espécie o Decreto 20.910/32, porque à Administração Pública, na cobrança de seus créditos, deve-se impor a mesma restrição aplicada ao administrado no que se refere às dívidas passivas daquela, em observância ao princípio da igualdade, corolário do princípio da simetria.

Outrossim, é cediço que o art. 219, § 5º do CPC dispõe que o juiz pronunciará de ofício a prescrição, constituindo matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, não havendo necessidade de sua alegação para sua decretação.

Diante de todo exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator